



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PANDEMIA: debatendo contribuições para uma educação emancipadora

MARY JANE DE O. TEIXEIRA ¹
CLEIER MARCONSIN ²

Resumo:

Neste trabalho, trazemos o Projeto de Extensão do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social da UERJ (OTPP/FSS/UERJ), debatendo seu significado como instrumento que contribui para o reforço do método de Educação Popular, na perspectiva de uma educação emancipadora, materializando, no processo, a indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa. Em tempos da pandemia de COVID-19, com os limites dados pela utilização de redes sociais, ou seja, de forma remota, o projeto foi fundamental para a continuidade das atividades do Observatório, mantendo a interlocução referente ao compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Palavras chave: Observatório do Trabalho e Políticas Públicas, Extensão Universitária, Educação Popular, Pandemia, Educação Emancipadora.

Abstract:

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

2 Professor com formação em Serviço Social. Univerisdade Do Estado Do Rio De Janeiro

In this work, we bring the Extension Project of the Observatory of Work and Public Policies of the Faculty of Social Service of UERJ (OTPP/FSS/UERJ), debating its meaning as an instrument that contributes to the reinforcement of the method of Popular Education, in the perspective of a emancipatory education, materializing, in the process, the inseparability with Teaching and Research. In times of the COVID-19 pandemic, with the limits given by the use of social networks, that is, remotely, the project was fundamental for the continuity of the Observatory's activities, maintaining the dialogue regarding the commitment to the Professional Ethical-Political Project of Social Work.

Keywords: Observatory of Work and Public Policies, University Extension, Popular Education, Pandemic, Emancipating Education.

1. INTRODUÇÃO

O Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ) caracteriza-se como um Programa que articula a pesquisa, o ensino e a extensão, no sentido da indissociabilidade dessas três dimensões, norte acadêmico de uma universidade pública como a UERJ e na perspectiva defendida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Tem como fundamento a participação no desenvolvimento científico da área das Ciências Sociais Aplicadas. Desde sua fundação, se constitui em um espaço de inserção de docentes da FSS/UERJ e outras universidades, de estudantes de graduação e de pós-graduação, concretizando a indissociabilidade aludida. É espaço, também, de profissionais de Serviço Social e de diferentes áreas do conhecimento, que debatem a temática do Trabalho e das Políticas Públicas. No sentido da troca, da acumulação e da produção de conhecimento, busca a interação entre diversos cursos de Serviço Social, de Ciências Sociais e de Humanidades da UERJ e de diferentes universidades.

Assim, tem como objetivo geral integrar e combinar projetos de pesquisa, de

extensão e de ensino, voltados para as múltiplas expressões da Questão Social e a inter-relação do trabalho com as políticas sociais públicas, buscando penetrar na totalidade contraditória em que estão imersos os variados temas, com atenção especial ao momento presente, mas de forma a entender o passado, na perspectiva da construção de um futuro sem exploração e sem discriminação de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual e geracional, como defende o atual Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Neste trabalho, traremos o debate sobre o Projeto de Extensão que compõe o Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP) que, durante a pandemia da Covid-19, continuou desenvolvendo suas atividades, ainda que de forma remota.

O Projeto de Extensão Universitária do OTPP, parte do pressuposto histórico e de concepções teóricas assumidas por importantes autores da área, em especial, aqueles cuja intencionalidade política está voltada para uma educação emancipadora.

Sabemos que, embora, no Brasil, as atividades extensionistas existam desde os inícios do século XX, até meados do século elas não tinham peso nas universidades brasileiras, pois a educação superior desenvolvia, fundamentalmente, como atividade, o ensino, em especial, voltado para a formação das classes dominantes, sendo, portanto, muito elitista. A partir do caminhar da industrialização e a conseqüente urbanização, as universidades passam a combinar o ensino e a pesquisa com ações no âmbito do processo de desenvolvimento do país, constituindo a extensão um dos mecanismos colocados em andamento (CHALUB *et al.*, 2012). Para Gadotti (2017, p. 03) a extensão universitária, nesse período, era concebida, hegemonicamente, como “prestação de serviços de caráter assistencial ou mercantil”, em uma perspectiva elitista, embora já existisse o paradigma oposto considerado popular. Observa-se, assim, no período, o desabrochar de diferentes concepções e práticas de extensão universitária.

De fato, nos anos 1950 e 1960, a universidade “despertou para o seu compromisso social”, por “influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto UNE Volante, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas”. Mas, também, é fundamental, o trabalho desenvolvido pelo educador Paulo Freire. É o que aponta Gadotti (2017, p. 01)

Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de

Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

Segundo o autor (2017, p. 05), ainda, Paulo Freire foi fundamental no caminho de pensar a extensão universitária como modo de popularizar a universidade. Ao estudar a concepção de extensão universitária de Paulo Freire, Gadotti percebe que o autor “não tinha uma visão mecânica da extensão, mas dialética”. Entendia que esta dimensão do trabalho da universidade deveria estar voltada para “ênfasis os princípios e fundamentos de uma educação que promove a prática da liberdade”. Significa, esta ideia, que tal “prática não pode ser reduzida a um “simples suporte técnico, mas inclui o esforço humano para decifrar-se, decifrar os outros e o contexto onde se vive”.

Freire entende a extensão como “ação cultural”, o contrário da “invasão cultural”. Por cultura, ele entende o que fazemos como práxis, como “ação transformadora” - transformar o meio natural em meio cultural - isto é, trabalho, seja ele material ou imaterial, social ou produtivo, manual ou intelectual. (GADOTTI, 2017, p. 05)

Nesse sentido, Paulo Freire “a considerava como uma dimensão do ensino e da pesquisa: não voltar a extensão só para fora da universidade, mas, voltá-la também para dentro dela, para seu projeto político-pedagógico” (GADOTTI, 2017, p. 05).

No processo de desenvolvimento da extensão universitária, esse caminhar por uma perspectiva de Educação Popular de Paulo Freire foi obstaculizado pelo golpe civil-militar de 1964.

Vários movimentos de jovens e adultos foram desmantelados e a representação estudantil eliminada. Mesmo assim, algumas iniciativas, como o Projeto Rondon, criado em 1966, tiveram um resultado positivo já que possibilitaram aos jovens estudantes universitários a vivência em comunidades rurais mais empobrecidas do país. Mas não avançou mais do que isso, dada a sua concepção assistencialista e cooptativa (GADOTTI, 2017, p.02).

Em finais dos anos 1970 e inícios de 1980, vários movimentos populares e sindicais despontam nas lutas contra a Ditadura os quais, no processo sócio-político, incidem nas universidades, possibilitando, dentre vários aspectos, uma renovação da extensão universitária no sentido da Educação Popular.

Para o autor (2017, p. 02), em fins de 1980, mais especificamente em 1987, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), a extensão universitária passou a “valorizar o reconhecimento do saber popular e a troca de saberes universidade-sociedade”.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, reforçou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, tendo como norte esse princípio, estabeleceu, em seu Artigo 43, parágrafo VII, que a extensão é uma das finalidades da educação superior, devendo ser necessariamente, “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Podemos observar, então, que a extensão universitária sofreu incidências políticas de vários processos sócio-históricos no Brasil, modificando-se ao longo dos tempos. O que significa que seu conceito não pode ser entendido de forma estática. Como aponta Silva (2020, p.08), a extensão está “em constante movimento não só para responder as demandas da sociedade brasileira, como também para provocar essas demandas”. Assim, para o autor, é necessário que “a universidade, a sociedade e a extensão realizem trocas e avanços constantes no decorrer da sua história”.

Vale destacar, neste debate, o que mostra Gadotti (2017, p. 06) sobre a importância de dois “livros de Paulo Freire, que se complementam na compreensão dos fundamentos e pressupostos da extensão universitária na perspectiva da Educação Popular”. A “Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1974), focado na categoria diálogo, e o livro Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1996), aprofundando a noção de autonomia”.

Para Paulo Freire ninguém liberta ninguém. Todos nos libertamos juntos, em comunhão. Ele, como Karl Marx, sustentava que os trabalhadores precisam libertar-se por eles mesmos. Uma das categorias fundamentais da pedagogia do oprimido é a autodeterminação.

Autonomia não significa isolamento, auto-suficiência. A emancipação não é um ato isolado. Precisamos dos outros para nos completar. Daí a necessidade do diálogo. Não se pode entender o conceito de autonomia em Freire desvinculado do conceito de diálogo. Sua concepção de diálogo foi particularmente desenvolvida no capítulo terceiro do seu livro Pedagogia do Oprimido. Aí ele estabelece cinco condições para o diálogo: o amor, a humildade, a fé nos homens, a esperança e o pensar crítico. Para Paulo Freire, o diálogo se identifica com o próprio ato de educar (GADOTTI, 2017, p. 06).

Na linha de se pensar a extensão universitária na perspectiva de Educação Popular, para Abranches (2014, *apud* SILVA, 2020, p. 07) é necessário que nas suas atividades haja uma “dimensão técnica”, mas também uma dimensão “crítica e uma ética”.

Técnica por exigir competências para o planejar, implementar e avaliar as ações propostas. Uma dimensão Crítica na medida em que a todo momento questiona o sentido do agir. E, por fim, uma dimensão Ética para que possa avaliar a sua efetividade em termos das transformações realizadas de forma positiva na comunidade. Em outras palavras, na forma como deu respostas aos anseios do público-alvo de suas ações.

O Serviço Social conjuga dessa concepção, a qual começa a ser construída desde o encontro da profissão com as ideias de Paulo Freire, na década de 1960. Trata-se de um elemento fundante para pensarmos a extensão universitária em sua articulação com o ensino e a pesquisa, voltada para os interesses e direitos da classe trabalhadora.

2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA IMPORTANTE RELAÇÃO

O Serviço Social tem sua construção, em termos mundiais, como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho na modernidade capitalista, na perspectiva de atender “necessidades sócio-históricas oriundas da questão social”, sendo esta a “base sobre a qual repousa a necessidade do surgimento da profissão em um determinado momento histórico” (MARCONSIN, ABRAMIDES, 2020, p. 183).

No Brasil, a profissão também tem seu fundamento nesse processo, tendo sido construída, assim como os primeiros Cursos de formação, na década de 1930. Desde então, a profissão e a formação profissional são permeadas por diferentes concepções ideológicas e teórico-metodológicas na sociedade capitalista brasileira. Ou seja, como mostra Bertollo (2021, p. 149), a profissão “em seus diferentes níveis e âmbitos é permeada por embates e polêmicas”. As “divergências teóricas, políticas e técnicas” expressam, nos vários

contextos sócio-históricos, no âmbito da profissão, os “antagonismos econômico-sociais da sociabilidade sob a ordem do capital” (BERTOLLO, 2021, p. 149).

Nesse caminho de embates e lutas, vale destacar que o Serviço Social, dentre várias concepções, recebeu influências do Método de Educação Popular, de Paulo Freire. Tais influências foram absorvidas na perspectiva de ruptura com o conservadorismo, predominante na profissão por um largo lapso de tempo, seja através do *Movimento de Reconceituação Latino-Americano de Serviço Social* (NETTO, 1991), seja pelo Método de Belo Horizonte (Método BH), construído por docentes da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, da PUC/MG, que se constituiu de experiências importantes de extensão, no período, seja pela renovação do Serviço Social (NETTO, 1991). Assim, em relação ao Método BH, observa-se “alguma experiência e contato com práticas do Serviço Social rural, de educação popular, vinculadas ao Movimento de Educação de Base, orientada pela pedagogia de Paulo Freire [...]” (BATISTONI, 2017, apud MACHADO, SILVA, TOLENTINO, 2019, p. 77).

De fato, a contribuição de Educação Popular de Paulo Freire na história de construção da ruptura do Serviço Social brasileiro se constitui um dos eixos articuladores da proposta teórico-metodológica construída no processo. Desde esse período, passando pelas lutas contra a Ditadura Militar das décadas de 1970 e 1980, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada” e o Currículo Mínimo de 1982, o qual rompe com as marcas conservadoras na formação profissional, foram marcos fundantes para a construção de uma direção social no âmbito da formação profissional voltada para os direitos da classe trabalhadora, com influências do Método de Educação Popular.

Para Machado, Silva e Tolentino (2019, p. 77), na “década de 1990 a educação popular não esteve muito em pauta nos debates acadêmicos da área de Serviço Social, entretanto, na década atual, esse debate vem sendo retomado”. Entendemos que se trata de uma retomada importante em termos profissionais, no caminho apontado por Farage e Heilfreich (2020, p. 55):

Em uma conjuntura de recrudescimento do conservadorismo, marcado por violências, por uma democracia frágil, por autoritarismo e muitos ataques aos

direitos, se faz necessário reafirmar a direção social da profissão e os vínculos de classe que temos por desafio fortalecer. A atual quadra histórica nos impõe a necessária retomada, com maior fôlego, da educação popular como elemento de fortalecimento das resistências e de avanço da organização política.

Nessa linha de reflexão, Farage e Heilfreich (2020, p. 55) apontam que “a ação profissional crítica e comprometida com o processo de emancipação humana, nos termos de Marx ([1844] 2009), deve ter lastro já na formação profissional”. Para as autoras, falando de Educação Popular, este é um espaço considerado “como prioritário para nos desafiarmos à constituição de um perfil profissional crítico e comprometido com os desafios postos pelo Projeto Ético–Político Profissional”.

Entendemos que, em relação à formação profissional, o método de Educação Popular possibilita um processo de ensino-aprendizagem aos estudantes dos cursos de graduação, em articulação com a pesquisa e a extensão universitária, pois, como aponta Machado, Silva e Tolentino (2019, p. 78) pode ser efetivado através de “práticas mais críticas e democráticas, opostas a ações verticalizadas” nas quais “só se considera o saber do profissional, restando ao seu público-alvo o mero papel de espectador, e não de sujeito social”. Ainda conforme as autoras, a/o Assistente Social, em sua prática profissional “se defronta com possibilidades de atuar com a educação popular, o ideal é que ele(a) saiba o que ela significa desde a sua formação acadêmica”.

Quando nos debruçamos sobre os caminhos postos pelo método de Educação Popular, para Farage e Heilfreich (2020), encontramos nuances dele no Projeto Ético–Político Profissional do Serviço Social, na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética, mas também nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovadas em 1996.

Nesse sentido, vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares, além de conter indicações do caminhar do método de Educação Popular, reforçam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, aspecto fundamental para que, de fato, se possa pensar em uma extensão universitária, objeto de nosso debate, como parte de uma formação profissional voltada aos direitos da classe trabalhadora, na perspectiva de uma educação emancipadora.

1. A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão como norte da formação profissional voltada aos direitos da classe trabalhadora

Na perspectiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é o caminho político-acadêmico a ser adotado, porque ela pode possibilitar a estudantes de Serviço Social o desenvolvimento das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, inerentes à formação profissional. Nessa indissociabilidade, a extensão universitária deve ganhar espaço fortalecido, uma vez que levará estudantes de Serviço Social a estabelecer contato com as diferentes comunidades às quais se dirige a ação extensionista da universidade.

Essas ações produzem efeito direto não apenas sobre os discentes participantes dos programas e projetos, visto que a produção de conhecimentos [pode ser] socializada para todos os discentes do curso através de seminários, oficinas e conteúdos incorporados às disciplinas. (FACEIRA, 2013, *apud* BARBOZA, BARBOSA e DE PAULA, 2018, p.04)

O processo formativo, nesse caminho, poderá possibilitar a relação com os grupos organizados da classe trabalhadora em luta por direitos, o que será determinante, posteriormente, para o trabalho profissional nos diferentes espaços ocupacionais. Considerando essas breves reflexões, é que se coloca a questão da extensão universitária na perspectiva da Educação Popular, de Paulo Freire, enquanto uma dimensão indissociável do ensino e da pesquisa e de extrema importância no caminho do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Dá a importância da extensão, no projeto pedagógico, que pressupõe docentes e discentes como sujeitos ativos, mas pressupõe, também, ser um espaço de interlocução da universidade com a sociedade, através de seus grupos, com os movimentos sociais, construindo uma troca de saberes mútuos, através da *práxis*.

[...] a extensão universitária é fundamental, na medida em que possibilita ao discente a interface e articulação entre a teoria e a prática, percebendo esta relação de unidade na diversidade (BARBOZA, BARBOSA e DE PAULA, 2018, p.05).

Para Faceira (2013, p. 06) as atividades extensionistas criam possibilidade de

desenvolver o ensino aos discentes no que se refere ao “planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população”.

... [a] atividade extensionista não deve constituir um apêndice das atividades de ensino e pesquisa. A função extensionista da universidade deve ser realizada de maneira articulada com outras esferas da dinâmica social, contribuindo para a consolidação do projeto profissional do Serviço Social, enfatizando a capacidade de formulação de respostas sociais da profissão, além de contribuir para a construção de projetos societários contra-hegemônicos (FACEIRA, 2013, p. 06).

A extensão universitária, assim, na relação ensino-aprendizado, pode vir a fortalecer o Projeto Ético-Político do Serviço Social, através da vivência da *práxis*, que tem como uma de suas bases o processo de reflexão-ação-reflexão.

3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Para o Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP), é fundamental que a extensão universitária, na perspectiva que vimos discutindo neste trabalho, possibilite o compartilhamento junto às diferentes comunidades, do conhecimento construído nas suas atividades, articuladamente à pesquisa e ao ensino, mas também que valorize o retorno do conhecimento existente, nas comunidades, à própria universidade. Ou seja, entendemos que a extensão universitária não se traduz em assistencialismo, tampouco se dá em uma “via de mão única”, ao contrário, a troca é fundante do processo. Na formação de estudantes de Serviço Social, a extensão universitária, na perspectiva da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, deve buscar construir ações dirigidas também ao público externo, no sentido da transformação social, como consta do método de Educação Popular. Para que esse objetivo de transformação social se concretize é necessário que os projetos de extensão postos em andamento se embasem de forma a conhecer e compreender a conjuntura, a pluralidade das realidades e os sujeitos que delas fazem parte.

No bojo de todo esse debate, entendemos a extensão universitária como uma

atividade fundamental, porque cria as condições para a aproximação da Universidade à sociedade, buscando, juntamente com outros mecanismos, enfrentar as resistências que existem nas próprias universidades, considerando a cultura elitista presente no Brasil, hoje mais forte, ainda, frente ao contexto de ataques à educação, desfechado pelo governo federal, de conteúdo conservador, neofascista. Em especial, porque a concretização do projeto ultraneoliberal do governo Bolsonaro, se dá, dentre várias ações, através dos cortes no orçamento para a Educação, incluindo as Universidades Públicas e as Agências de Apoio à Produção Científica, o que afeta, em muito, a extensão universitária.

O Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP), integrando as orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, como parte da resistência aos ataques à educação, à ciência e à cultura, dedica-se ao debate de um conjunto de temas, os quais perpassam as suas atividades de pesquisa, ensino e extensão:

- Processos, relações e condições de trabalho;

- Gênero e trabalho;

- Trabalho, políticas públicas e movimentos sociais;

- Lutas, direitos e movimentos sociais;

- Trabalho, ética, ética profissional;

- Trabalho e formação profissional em Serviço Social;

- Educação, cultura e trabalho;

- Segurança Social e trabalho.

A partir de inícios de 2020, passamos a conviver com a pandemia de COVID – 19, que, em função de seu alto grau de contágio, obrigou ao distanciamento social. Inclusive, como forma de combate ao vírus, as instituições de ensino, em geral, precisaram deixar de dedicar-se às atividades presenciais, implantando o trabalho e o ensino remotos. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a partir de março de 2020, adotou, também, esse formato de trabalho e ensino, e os três segmentos - estudantes, docentes e técnico-administrativos/as – passaram a conviver com transformações marcantes na vida acadêmico-administrativa e política.

Assim, no período 2020-2021, com base nos temas centrais do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP/FSS), as ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão foram materializadas por meio de redes sociais, como o *google meet*, *youtube* e o sistema digital criado pela Universidade. Foram dirigidas à comunidade acadêmica da própria Faculdade de Serviço Social/UERJ, em especial, estudantes da graduação e pós-graduação, buscando construir um conhecimento com base nas trocas de saberes, privilegiando os diálogos entre os sujeitos sociais, na perspectiva da Educação Popular. As atividades não se dirigiram às comunidades externas pelas inviabilidades sanitárias postas a todas e todos.

Docentes da comunidade acadêmica da Faculdade de Serviço Social também foram convidados/as, mas, na realização das diferentes atividades, em dias e horários definidos, foi priorizada a participação de estudantes.

- Debates: com base em leituras de textos previamente selecionados, que abordaram as condições e o processo de trabalho; as contrarreformas de políticas sociais, que são imprescindíveis para a classe trabalhadora; as perdas de direitos sociais e as lutas sociais ocorridas, inclusive durante o período pandêmico; formas de luta da classe trabalhadora para enfrentamento do Estado capitalista de cunho autoritário,

conservador e de traços neofascistas que vivenciamos na conjuntura brasileira;

- Cine-Debate: atividade realizada a partir de filme previamente selecionado e assistido, em conjunto com outros setores da Faculdade de Serviço Social, como o Programa de Educação Tutorial (PET);
- Seminário de âmbito nacional: com participação de professora convidada de outra Universidade, além de docentes do Observatório, com a temática: Formação profissional: competências e atribuições da/o Assistente Social em tempos de pandemia;
- Rodas de Conversa voltadas para as temáticas relativas à formação profissional;
- Apresentação do trabalho extensionista do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP), em *vídeo*, no evento acadêmico-científico da UERJ, denominado UERJ SEM MUROS;
- Exposição e debates de Pesquisas desenvolvidas por docentes do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP);
- Orientação remota da bolsista do Projeto de Extensão do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP), através de leituras e debates de textos relacionados à temática central.

Importa destacar que todas as atividades extensionistas foram definidas nos Encontros online da Equipe do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP),

sempre objetivando as articulações com a pesquisa e o ensino. A exposição e a discussão de estudos, pesquisas e ações estiveram voltadas para a formação e capacitação do corpo discente, com a preocupação do não esvaziamento do tripé que compõe a educação superior em função da pandemia e com aspectos relacionados à perspectiva da Educação Popular.

De fato, numa angulação da educação definida pela ABEPSS e o Conjunto CFESS/CRESS, entidades que nos representam, as ações extensionistas do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP), executadas por ferramentas digitais de internet, foram realizadas na perspectiva de uma educação como práxis transformadora, inserindo, nos debates, o momento sócio-político desfavorável ao pensamento crítico, como vivido no Brasil da atualidade, agravado pela pandemia.

Neste sentido, a comunicação por ferramentas indiretas, como o acesso à internet, embora com limites, foi crucial para que não houvesse a quebra do elo na perspectiva interdisciplinar enquanto razão dialética, para produção de conhecimento que contribua para a construção de uma sociedade que se renove na direção de mudanças estruturais voltadas para a maioria da população brasileira: a classe trabalhadora. Entendemos, assim, que o Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP), no período pandêmico, ao manter as atividades extensionistas por ferramentas digitais de internet, junto a estudantes de Serviço Social, para sua formação, ainda que o alcance não seja pleno, atendeu ao compromisso que o caracteriza, qual seja, de compromisso com os direitos da classe trabalhadora, rumo a uma educação emancipadora.

4. CONCLUSÃO

Pensando o Serviço Social em suas possibilidades de intervenção nas múltiplas expressões da questão social, consideramos a extensão universitária, no âmbito da formação profissional, uma importante dimensão do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, de forma associada ao ensino e à pesquisa, como mostrado ao longo deste artigo.

Tendo os temas do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP) como

centro, apesar dos limites que o trabalho e o ensino remotos nos impuseram ao longo dos anos de 2020 e 2021, o Projeto de Extensão desenvolvido desempenhou papel relevante ao realizar, por meio de atividades programadas, a articulação imprescindível entre o ensino e a pesquisa, na perspectiva de fortalecer a Educação Popular, tornando-se fundamental, no período, para a formação profissional de estudantes atingidos pelo Programa. Especialmente, quando vivemos, na atualidade, ataques brutais às políticas públicas e, dentre elas, a Educação e tudo que envolva pensamento, reflexão e resistência.

As atividades extensionistas realizadas no período do distanciamento social, juntamente com outras ações desenvolvidas na Faculdade de Serviço Social e na própria Universidade foram importantes porta-vozes, alertando, permanentemente, através dos dados trazidos por estudos sobre a realidade vivida, a necessidade das lutas de resistência à agenda ultraneoliberal, de conteúdo neofascista, do governo Bolsonaro.

No mesmo caminho, neste período em que estamos retomando o trabalho e o ensino presenciais, a extensão universitária, em articulação com o ensino e a pesquisa, terá continuidade, buscando fortalecer o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social rumo a uma educação emancipadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOZA, F. L. G.; BARBOSA, I. F. G.; DE PAULA, A. B. A importância da extensão na formação do assistente social: experiência com usuários de crack. Anais do XVI ENPESS, Vitória, ES, 2018.

BERTOLLO, K. Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em Serviço Social. Ouro Preto (MG) ALEMUR, vol. 6 (2021), p. 148-163.

CALDERÓN, A. I. Extensão universitária: institucionalização sem exclusão. In: Revista

Educação Superior. Piracicaba: EDUNIMEP, v. 53, 2003.

CHALUB, L, FRATE, C. A., VICENTIM, F. M. Inserção social e universidades brasileiras: as melhores práticas. In: As novas dimensões da universidade: interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social. **NASCIMENTO, E. P. do, PENA-VEJA, A.** (orgs.). Rio de Janeiro (RJ), Garamond, 2012.

FACEIRA, L. da S. O processo de formação profissional em Serviço Social e a extensão universitária: avanços e desafios. Revista Raízes e Rumos. Revista da Pró-Reitoria de Cultura. VOL. 01 Nº 01, 44–98, Rio de Janeiro (RJ), UNIRIO. Junho, 2013.

FARAGE, E., HEILFREICH, F. Serviço Social, Favela e Educação popular. In Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital. **FARAGE, E., HEILFREICH, F.** (Orgs.)^{1ª} Edição Eletrônica, Uberlândia (M.G), Navegando Publicações, 2020, p. 53-78.

GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? In: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf acesso em julho de 2022.

MACHADO, A. M. B., SILVA, A. M. da, TOLENTINO, G. M. P. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). In Revista Serviço Social e Sociedade, nº 134. São Paulo, Cortez Editora Ltda, jan./abr. 2019, p. 70-87.

MARCONSIN C., ABRAMIDES M. B. C. Serviço Social e Movimentos Sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio-histórica brasileira. In **MELO, A. I. S. C. de; CARDOSO, I. C. da C., FORTI, V. L.** (Orgs.). **Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: Desafios e Utopias.** Uberlândia/MG. Navegando Publicações, 2020, p. 183 – 202

SILVA, W. P. da. Extensão Universitária: um conceito em construção. Revista Extensão & Sociedade, 2020.2. In <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491/14110> acesso em julho de 2022.

DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).
Diretrizes Curriculares. In <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>.

BRASIL, 1996. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em agosto de 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ) – Departamento de Extensão (DEPEXT) - Projeto de Extensão do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas, 2022.

,